



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Terceira Câmara Criminal**



001

APELAÇÃO Nº 0147131-2  
COMARCA: GOIANA  
VARA: SEGUNDA  
APELANTE: EVANDRO BATISTA DO NASCIMENTO  
DEFENSOR PÚBLICO: DR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS VIÉGAS  
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO  
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL  
PROCURADOR: DR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA CAVALCANTI

**EMENTA: APELAÇÃO. PENAL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA RECONHECIDA DE OFÍCIO. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. MÉRITO PREJUDICADO. DECISÃO UNÂNIME**

1. Perpetrada a conduta delituosa, surge para o Estado a pretensão de punir o agente, que deve efetivar-se num lapso temporal determinado, variável conforme o tipo penal e a pena máxima a ele abstratamente cominada.

2. Transcorrido tal prazo sem o exercício do *jus puniendi* estatal, opera-se a prescrição da pretensão punitiva, a qual se reconhece de ofício.

3. Extinta a punibilidade do Apelante, à unanimidade, ficando prejudicado o mérito.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação nº 0147131-2, no qual figuram como partes as retromencionadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Criminal** deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à **unanimidade, em declarar extinta a punibilidade do Apelante, ante a ocorrência da prescrição**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 16 de outubro de 2009.

**Desa. Presidente**

  
**Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Relator**



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

146  
002

**APELAÇÃO Nº:** 0147131-2  
**COMARCA:** GOIANA  
**VARA:** 2ª VARA  
**APELANTE:** EVANDRO BATISTA DO NASCIMENTO  
**ADVOGADO:** CARLOS ALBERTO DOS SANTOS VIÉAS –  
DEFENSOR PÚBLICO  
**APELADO:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE  
PERNAMBUCO  
**PROCURADOR:** DR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA  
CAVALCANTI  
**RELATOR:** DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO  
**ÓRGÃO JULGADOR:** TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

**RELATÓRIO**

Recorre **Evandro Batista do Nascimento**, à fl. 63, inconformado com a decisão de fls. 58/60, que o condenou à pena de 01 (um) ano de detenção, em regime aberto, pela infração do art. 10, *caput*, da Lei 9.437/97<sup>1</sup>, substituída por uma pena restritiva de direitos de prestação de serviço à comunidade, durante quatro horas semanais, aos domingos, à

<sup>1</sup> Art. 10 Possuir, deter, portar, fabricar, adquirir, vender, alugar, expor à venda ou fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob guarda e ocultar arma de fogo, de uso permitido, sem a autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

**Pena - detenção de um a dois anos e multa.**



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

147  
003

razão de uma hora de tarefa, por dia de detenção, bem como o absolveu do crime tipificado no art. 147, do Código Penal<sup>2</sup>.

A denúncia foi recebida em

Sentença publicada em

Nas razões de apelação, de **fls. 94/96**, aduz o Apelante, preliminarmente: 1) incompetência da Justiça Comum em detrimento do Juizado Especial Criminal de Goiana, tendo em vista que o delito é de menor potencial ofensivo; 2) cerceamento de defesa em virtude de inquirição de testemunha não arrolada pela acusação na denúncia e nem referenciada pela suposta vítima.

No mérito, aduz que a Lei 10.826/93, apesar de ter revogado a Lei 9.437/1997, não pode ser aplicada ao caso vertente em face da punição mais severa. Aduz, outrossim, que deve ser levado em consideração que no momento em que a arma foi apreendida na residência do apelante, esta se encontrava *desmuniada*, além do que o mesmo a utilizava como instrumento de trabalho.

Nas contrarrazões, de **fls. 69/71 e 97**, o Representante do Ministério Público, pugnou pela manutenção da sentença, negando-se provimento ao recurso.

<sup>2</sup> **Art. 147** - Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave:

**Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.**

Parágrafo único - Somente se procede mediante representação.



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

348  
004

A Procuradoria de Justiça em Matéria Criminal, através de parecer de Sua Exa. o Procurador Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti, entende que as preliminares aventadas são descabidas e, no mérito, opina pela manutenção da sentença.

É o Relatório.

Inclua-se em pauta na forma do art. 610, *caput*, do Código de Processo Penal<sup>1</sup>.

Recife, de de 2009.

  
**Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Relator**

---

<sup>1</sup> **Art. 610.** Nos recursos em sentido estrito, com exceção do de habeas corpus, e nas apelações interpostas das sentenças em processo de contravenção ou de crime a que a lei comine pena de detenção, os autos irão imediatamente com vista ao procurador-geral pelo prazo de cinco dias, e, em seguida, passarão, por igual prazo, ao relator, que pedirá designação de dia para o julgamento.

**Parágrafo único.** Anunciado o julgamento pelo presidente, e apregoadas as partes, com a presença destas ou à sua revelia, o relator fará a exposição do feito e, em seguida, o presidente concederá, pelo prazo de 10 (dez) minutos, a palavra aos advogados ou às partes que a solicitarem e ao procurador-geral, quando o requerer, por igual prazo.



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

149  
005

**APELAÇÃO Nº:** 0147131-2  
**COMARCA:** GOIANA  
**VARA:** 2ª VARA  
**APELANTE:** EVANDRO BATISTA DO NASCIMENTO  
**ADVOGADO:** CARLOS ALBERTO DOS SANTOS VIÉAS –  
DEFENSOR PÚBLICO  
**APELADO:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE  
PERNAMBUCO  
**PROCURADOR:** DR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA  
CAVALCANTI  
**RELATOR:** DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO  
**ÓRGÃO JULGADOR:** TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

**VOTO**

Trata-se de apelação da defesa da decisão do Juízo da Vara dos Crimes contra a Criança e o Adolescente da Comarca do Recife que condenou CRISTIANO CRISTINO DE LIMA a duas penas de 06 (seis) anos de reclusão, pela prática dos tipos previstos nos arts. 213 e 214, do Código Penal, cumuladas em 12 (doze) anos, nos termos do art. 69, do CP, conforme sentença de fls. 72 a 76, de 31/05/2006.

O fato delituoso ocorreu em 29/11/1992, quando o Apelante contava com 20 anos de idade, sendo a denúncia recebida em 21/03/1996.

A sentença condenatória foi proferida em 31/05/2006 e publicada em 25/04/2007.

Entre a data da publicação da sentença condenatória recorrível (25/04/2007) e a do recebimento da denúncia (21/03/1996), transcorreu prazo superior a 11 (onze) anos e 1 (um) mês.

*OK*



150

006

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

Impostas ao Apelante duas penas de 06 (seis) anos de reclusão, consideradas isoladamente quanto à incidência de uma das causas de extinção da punibilidade, como dispõe o art. 119, do Código Penal, verifica-se a prescrição em 12 anos, nos termos do art. 109, III, do Código Penal, prazo que, no caso, é reduzido de metade, ou seja, para 6 anos, por ser o condenado, à época do crime, menor de 21 anos.

Frise-se que o recurso é exclusivo da defesa, de forma que a pena imposta na sentença se torna o máximo a que o condenado está sujeito desde o recebimento da denúncia e que deve reger o lapso prescricional.

À míngua de objeto do recurso, dele não conheço.

E em consequência, considerando que são decorridos mais de 11 (onze) anos entre os pólos de contagem (data do recebimento da denúncia e da publicação da sentença condenatória); considerando que, na hipótese em exame, o prazo da prescrição retroativa é de 6 (seis) anos, declaro de ofício a extinção da punibilidade.

É como voto.

Recife,

**Primeira preliminar requerida pela defesa – INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO.**

Alega a defesa incompetência da Justiça Comum em detrimento do Juizado Especial Criminal, argumentando que os delitos são de menor



153

007

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

potencial ofensivo, tendo sido, inclusive, aberto Termo Circunstanciado de Ocorrência, "renovando-se todos os atos praticados no juízo *a quo*".

Todavia, tal arguição não merece prosperar, tendo em vista que os delitos imputados, quais sejam, porte ilegal de arma em concurso com a prática de ameaça, se somadas as penas abstratamente previstas para cada um, resta o total superior a dois anos (2 anos e 06 meses), sendo, dessa forma, mesmo que individualmente considerados de menor potencial ofensivo, de competência da Justiça Comum.

Nesse sentido:

**EMENTA: APELAÇÃO CRIME. PORTE ILEGAL DE ARMA. Art. 10, caput, e art. 10, § 1º, III, ambos da Lei 9.437/97. AMEAÇA e art. 147 do CPB - c/c art. 61, I, do CPB. DECLINAÇÃO DE COMPETÊNCIA. INSTRUÇÃO E JULGAMENTO NO JUÍZO COMUM. PRINCÍPIO DA ASCENDÊNCIA JURISDICIONAL. Tendo sido o processo instruído e julgado no juízo comum, a competência para o recurso é do TJRS, com ascendência jurisdicional sobre o juízo de origem, pois vedado o cruzamento de jurisdição. Havendo concurso material de crimes, a competência é estabelecida pela soma que resultará das penas abstratamente previstas para cada um dos delitos e, sendo o total superior a dois anos, competente é a Justiça Comum. Precedentes do STJ e TJRS. DECLINARAM DA COMPETÊNCIA AO TJRS, POR MAIORIA. (Recurso Crime Nº 71001001114, Turma Recursal Criminal, Turmas Recursais, Relator: Nara Leonor Castro Garcia, Julgado em 09/10/2006)**

Com os fundamentos acima, **voto** pelo não acolhimento desta preliminar.



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

152  
008

Recife, de de 2009.

*Cláudio*  
**Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Relator**



153

009

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

**APELAÇÃO Nº:** 0147131-2  
**COMARCA:** GOIANA  
**VARA:** 2ª VARA  
**APELANTE:** EVANDRO BATISTA DO NASCIMENTO  
**ADVOGADO:** CARLOS ALBERTO DOS SANTOS VIÉGAS –  
DEFENSOR PÚBLICO  
**APELADO:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE  
PERNAMBUCO  
**PROCURADOR:** DR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA  
CAVALCANTI  
**RELATOR:** DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO  
**ÓRGÃO JULGADOR:** TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

**Segunda preliminar de nulidade: cerceamento de defesa em virtude de inquirição de testemunha não arrolada pela acusação na denúncia e nem referenciada pela suposta vítima:**

Aduz o apelo que Grimásio Mendonça da Silva não foi arrolado como testemunha no momento oportuno pela acusação, nem apontado pela vítima, porém foi inquirido em juízo, conforme fl. 33 dos autos.

Contudo, vislumbro que tal preliminar pode ser de pronto rejeitada, tendo em vista que o patrono do apelante não a arguiu *oportuno tempore*, apesar da presença da defesa no momento da oitiva da testemunha indicada, sem que manifestasse a devida oposição.

Em sendo assim, deixou de observar o art. 572, inciso I, do Código de Processo Penal <sup>4</sup>.

<sup>4</sup> **Art. 572.** As nulidades previstas no art. 564, III, *d e e*, segunda parte, *g e h*, e IV, considerar-se-ão sanadas:

I - se não forem argüidas, em tempo oportuno, de acordo com o disposto no artigo anterior;



154

010

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

Por outro lado, o patrono do apelante não demonstrou o prejuízo sofrido por este. Mesmo porque, da análise do depoimento supracitado, verifico que a testemunha não presenciou o fato delituoso, declarando apenas que tinha conhecimento de que o acusado andava armado, o que nenhuma contribuição prestou ao resultado final, máxime pela confissão de tal fato pelo recorrente.

Com esses fundamentos **voto** pelo acolhimento da preliminar requerida.

Recife,        de                                de 2009.

  
**Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

**Relator**



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

011

**APELAÇÃO Nº:** 0147131-2  
**COMARCA:** GOIANA  
**VARA:** 2ª VARA  
**APELANTE:** EVANDRO BATISTA DO NASCIMENTO  
**ADVOGADO:** CARLOS ALBERTO DOS SANTOS VIÉGAS –  
DEFENSOR PÚBLICO  
**APELADO:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE  
PERNAMBUCO  
**PROCURADOR:** DR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA  
CAVALCANTI  
**RELATOR:** DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO  
**ÓRGÃO JULGADOR:** TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

**Do mérito:**

Conforme relatado, insurge-se o apelo, relativamente ao mérito, tão-somente sob o argumento de que a Lei 10.826/93, apesar de ter revogado a Lei 9.437/1997, não pode ser aplicada ao caso vertente, tendo em vista que pune mais severamente tal conduta. Aduz, outrossim, que deve ser levado em consideração que a arma estava *desmuniada* no momento em que fora apreendida, além do que o apelante a utilizava como instrumento de trabalho (vigilante).

O Apelante foi condenado nas penas do art. 10, da Lei 9.437/1997, em virtude de que, em 22/12/2003, foi encontrado, em sua residência, um revólver calibre 32 com seis munições intactas do mesmo calibre.

*OK*



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

Da análise percuciente dos autos, noto que a materialidade e autoria delitiva restam perfeitamente positivadas. Esta, pela lavratura do auto de apresentação e apreensão (fl. 07), bem como o exame da arma de fogo (fl. 11), em consonância com os depoimentos testemunhais (fls. 26 e 31/35), e aquela, especialmente em face da confissão do apelante em juízo, que afirmou possuí-la sem o devido porte legal, registro ou autorização.

Quanto às insurgências da defesa, vislumbro que as mesmas se demonstram descabidas, senão vejamos.

O Juízo *a quo* condenou o Apelante nas penas da Lei 9.437/1997, desconsiderando a retroatividade do Estatuto do Desarmamento, que ao converso daquela, aumentou a pena correspondente à posse ilegal de arma de fogo, demonstrando, dessa forma, desarrazoada a tese do apelo.

Outrossim, não merece acolhimento o argumento de que o delito imputado ao acusado é atípico por ter sido a arma encontrada sem munição no momento da apreensão, tendo em vista que o exame de arma de fogo realizado por policiais civis atestou seu regular funcionamento, estando, inclusive, com seis projéteis intactos (fls. 07 e 11).

Saliente-se, ademais, que o art. 10<sup>5</sup> da Lei mencionada não faz referência alguma a respeito da existência de munição ou potencial lesividade da arma para configuração do delito imputado ao acusado.

<sup>5</sup> **Art. 10** Possuir, deter, portar, fabricar, adquirir, vender, alugar, expor à venda ou fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob guarda e ocultar arma de fogo, de uso permitido, sem a autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar.



157

013

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

Nesse sentido, colaciono julgado da lavra do Supremo Tribunal Federal:

EMENTA: PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PORTE DE ARMA DE FOGO. ART. 10 DA LEI 9.437/97 E ART. 14 DA LEI 10.826/2003. PERÍCIA PARA A COMPROVAÇÃO DO POTENCIAL LESIVO DA ARMA. DESNECESSIDADE. ORDEM DENEGADA. I - Para a configuração do crime de porte de arma de fogo não importa se a arma está ou não municiada ou, ainda, se apresenta regular funcionamento. II - A norma incriminadora prevista no art. 10 da Lei 9.437/97 não fazia qualquer menção à necessidade de se aferir o potencial lesivo da arma. III - O Estatuto do Desarmamento, em seu art. 14, tipificou criminalmente a simples conduta de portar munição, a qual, isoladamente, ou seja, sem a arma, não possui qualquer potencial ofensivo. IV - A objetividade jurídica dos delitos previstos nas duas Leis transcendem a mera proteção da incolumidade pessoal, para alcançar também a tutela da liberdade individual e de todo o corpo social, asseguradas ambas pelo incremento dos níveis de segurança coletiva que ele propicia. V - Despicienda a ausência ou nulidade do laudo pericial da arma para a aferição da materialidade do delito. VI - Ordem denegada (HC 96922/RS, Primeira Turma, Relator Min. Ricardo Lewandowski, Julg: 17/03/2009).

Por outro lado, o argumento do apelo acerca da utilização da arma como instrumento de trabalho não merece maiores digressões, mormente porque a ausência de autorização e registro faz minguar tal alegação.

Destarte, entendo configurado o delito do art. 10, da Lei 9.437/1997, de modo que **voto para negar provimento** do presente apelo, para fim de decretar a prescrição da pretensão punitiva, sem julgamento do mérito.

*af*

---

Pena - detenção de um a dois anos e multa".



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

014

Recife,        de                                de 2009.

*Cláudio*  
**Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Relator**